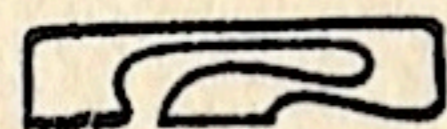


Portugal, e que todos sofrem, só com a ideia de que ela feita e sustentada à custa de tanta canceira, pudesse, amanhã, ser explorada e calcada por quem nada em seu beneficio fez.

Portugueses todos, tenhamos amor a Portugal, tornando-o respeitado e querido. Que todos os valores nacionais, pois, assumam de facto a direcção do País. E' a politica que aconselho, hoje, que sou um modesto, anonimo elemento do meu partido; é a politica que eu efectivaria, amanhã, se os caprichos do destino me collocassem em condições de poder fazer alguma coisa. E nesta grande obra em que andamos empenhados, tenhamos sempre em vista este principio que muito me apraz enunciar: «Estimular a riqueza nacional pelo melhor aproveitamento dos seus elementos, e nunca pela irregular e arbitraria tributação das suas forças.»

Tenho dito.



Conclusão

Ao relêr a ultima pagina deste livro, anciosamente, o meu espirito olha, interrogadoramente, o futuro. Mas o futuro, tão espessa é a bruma que o cerca, não se deixa ver, não se deixa revelar.

A Nação está cadaverizada. Nem a *secousse* revolucionaria de 5 de Outubro conseguiu desperta-la, nem os excessos demagogicos posteriores foram o suficiente para a erguer num impulso de vida e vontade propria. Afundamo-nos numa crise de cobardia. Homens e factos misturam-se, enovelam-se, num intrincamento alarmante e triste... Falham as competencias, falham as energias. Mas a solução? A solução é só uma: unirmo-nos todos, entendermo-nos todos.

Na imprensa afecta aos que, injustificadamente incompatíveis com a Republica, sonham, desejam e, porventura, trabalham para uma restauração monarchica que não restauraria a *monarquia portuguesa*, mas sim poderia impor-nos uma *monarquia estrangeira*, nessa imprensa, teem surgido nos ultimos tempos, soluções que ferem a dignidade das instituições republicanas, que não teem culpa, não podem ter culpa dos desvarios e dos erros de alguns republicanos. A quem conhecer a situação internacional e não ignorar a nossa situação interna, nos seus multiplos aspectos, não é licito concorrer, de perto ou de longe, directamente ou não, para o enfraquecimento das actuais instituições, pois que tudo quanto contra estas se faça, vai afectar profundamente os mais melindrosos interesses e as mais sagra-

das conveniencias da Patria Portuguesa. Não pedimos a todos que sejam republicanos. Mas muito firmemente lembramos a todos a sua qualidade de portugueses. Atribuir à Republica a responsabilidade dos actos que só alguns republicanos praticaram, por que só alguns republicanos são responsaveis — é um sintoma lastimavel de má fé politica, e o indicativo de uma lastimavel falta de patriotismo.

Restauração monarchica...

Desapaixonadamente, na plena posse de nós mesmos, olhando as coisas com a mais clara firmeza, nós consideramos a restauração da monarchia portuguesa — um acontecimento absolutamente impossivel. Podem os excessos das turbas demagogicas continuar na preparação e no alastramento da atmosfera de desgosto, de aborrecimento e descontentamento que para aí se está observando; pode o snr. Afonso Costa, com a sua politica inconveniente e dementada, dar aparentes razões aos inimigos da Republica e aumentar o já longo cortejo dos que vivem numa perfeita indiferença perante o regime; podem as classes sociais estarem todas irritadas e indispostas, porque não vêem à sua volta a ordem indispensavel ao seu progressivo desenvolvimento; pode, finalmente, a turba das ruas, hoje unica senhora nossa, atropelar a lei, violar a Constituição, subverter a hierarquia de todos os elementos de ordem social, — que nem por isso a restauração monarchica é um fenomeno viavel.

Para que esse acontecimento politico pudesse entrar em conta na previsão do futuro, seria necessario, antes de mais nada, que houvesse um rei capaz e monarchicos capazes.

Não é um rapaz de vinte e tal anos, inexperiente e timido, fruto doentio de uma dinastia medularmente prevertida, que pode supor-se à altura das circunstancias. D. Manuel revelou, nas horas da revolução, a sua manifesta incapacidade para poder ser a esperança positiva e eficaz de um movimento restaurador. A sua fuga precipitada e infantil, a poucos mezes da sua afirmação categorica no Bussaco de que o exercito podia contar com ele, como ele contava com o exercito — é um acto que jamais pode apagar-se na sua vida, e que jamais lhe permitirá o poder apresentar-se como o chefe de um movi-

mento revolucionario. Falta-lhe a condição essencial para o desempenho desta função: o prestigio. Nem prestigio individual, nem prestigio hereditario. Não é um homem invulgarmente lucido e invulgarmente culto.

Se a lucidez pode herdar-se, a cultura só pode adquirir-se. E esta só é possivel, estudando ou vivendo. Eduardo VII foi um homem superior, porque *viveu* integralmente e profundamente a vida. A quem não pode viver assim, só é licito educar-se, estudando nos livros. D. Manuel, divertindo-se como se diverte, andando a traquinar daqui para ali e dali para aqui, cercado de literatos e pedantes, não pode, por muito que o queiram afirmar os seus aulicos, adquirir aquela cultura solida, fundamentada e perfeita que é mister possuir no nosso tempo e nas nossas condições politicas. Para estar à altura das circunstancias, precisava ser um autentico chefe de Estado. Ora hoje, os autenticos chefes de Estado não podem ser figuras apagadas e sonambulas: teem de ser *valores, pensamentos, vontades*.

Nas republicas ou nas monarchias, hoje, os chefes de Estado teem de ser um Poincaré, esperança vivida da alma francesa, um Guilherme II, simbolo perfeito das aspirações alemãs, um Vitor-Manuel, representante do *risorgimento* italiano. A época dos Leopoldos e dos Fallières passou. Ora D. Manuel era pouco menos do que um abulico. Nos dois anos do seu reinado, nem reinou, nem governou. E' a negação absoluta para a função em que querem integra-lo.

A sua ultima entrevista publicada num jornal monarchico, mais parece a apresentação da desistencia à candidatura real, que um manifesto de um Pretendente. A gente compara essas palavras com as dos pretendentes franceses, desde o Conde de Chambord ao actual Filipe VII, — e passa adiante. Mas podia faltar-lhe o prestigio individual, e ter o prestigio da sua raça. Mas nem esse possui. A dinastia de Bragança de que D. Manuel é o representante, é uma dinastia anonima. Não nos deixamos arrastar pelos excessivos juizos de Oliveira Martins que no seu panfleto politico a que abusivamente chamou *Historia de Portugal*, disse dos Braganças o que o leitor sabe. Mas a verdade é que, áparte a figura doentia de D. Pedro V, notavel na sua

bondade mística, a dinastia de Bragança foi uma dinastia de burgueses. Ora se ha alguma coisa que menos se imponha à imaginação impressionavel dos povos, principalmente dos povos sentimentais como o nosso, é precisamente a banalidade burguesa. De todos os reis da dinastia de Bragança, o que ainda assim conseguiu chamar a atenção sobre a sua pessoa, foi D. Miguel, porque foi ele, depois do místico D. Pedro v, o menos burguês de todos. Se a dinastia de Bragança tivesse sido uma dinastia de guerreiros ou de homens de genio, se tivesse marcado o seu lugar na vida nacional, e fosse a continuadora logica e efectiva de Afonso Henriques, D. João i, Nun'Alvares, D. Duarte, D. João ii — então D. Manuel podia escudar-se no prestigio da sua raça e pensar na conquista das simpatias da alma nacional. Mas não. Os seus avós directos vieram caíndo desde Afonso vi a D. João vi, desde D. João iv a D. Luís i. Na dinastia de Bragança alguns homens brilharam: mas não foram reis: Velasco de Gouveia, Castelo-Melhor, Marquês de Pombal, Mousinho da Silveira. Sem prestigio individual e não podendo apoiar-se no prestigio da sua raça, D. Manuel não é o *homem*. Podia talvez servir para continuar a manzombice automatica da ficção constitucional. Mas para ser o Pretendente, chefe de um movimento revolucionario — nunca!

Mas ainda que monarca houvesse, faltam os monarchicos capazes. Onde está o pessoal da nova monarchia? Onde estão os politicos, os estadistas, os dirigentes que, não tendo culpas nos erros do passado, pudessem ter prestigio para servirem no futuro, em monarchia restaurada? Se todos eles deixaram cair a monarchia infamada e enodoada; se todos eles foram os verdadeiros coveiros da monarchia; se por todos eles tem de dividir-se a responsabilidade da falencia politica da monarchia onde houve adeantamentos, e emprestimos que foram latrocinios, — como é que se pensa neles para a acção disciplinadora, reformadora que se arroga o Restauracionismo? Se eles não tiveram forças nem vontade para impedir a queda do regime monarchico, hão-de ter força e vontade para o restaurar?

Sem monarca e sem monarchicos, quem é que pode, de boa-fé, sonhar numa restauração?

Sem monarca e sem monarchicos, quem é que pode, de boa-fé, trabalhar para ela?

Restam as hipoteses do miguelismo e da monarchia... estrangeira. Mas essas hipoteses nem merecem discussão; a primeira porque se lhe aplica o que dissemos do manuelismo, a segunda por tão repugnante que é, e porque temos a certeza de que ela repugna mesmo aos mais implacaveis e ferozes adversarios da Republica, que sejam portugueses.

Mas isso que para aí está, pode continuar como está? Evidentemente que não pode. Mas ha meios de o modificarmos, se bem que entre o que está e a monarchia que nos prometem, não nos seja licito hesitar: antes o que está. Pois bem: modifiquemo-lo, e sem nos lançarmos em aventuras que *arrastarão inevitavelmente*, como consequencia, a perda irremediavel da nossa autonomia nacional.

E modifiquemo-lo chamando para a Republica todos os elementos da vida nacional. E' o que fazem todos os governos senhores da situação. Na nossa vizinha Espanha temos, presentemente, um exemplo flagrante. O Conde de Romanones, em resposta às palavras do republicano Melquiades Alvarez, denunciou um estado de coisas verdadeiramente singular. A monarchia não hesita em caminhar francamente para as liberdades e para as aspirações republicanas que não são necessariamente dependentes desta ou daquela forma de governo. Mais do que nunca entendemos que os problemas e as situações de natureza politica devem ser julgados tendo-se sempre em atenção o país onde se verificam, para não correremos o risco de um defeituoso juizo. Querer aplicar à politica espanhola de 1913, o mesmo criterio que aplicaríamos à politica portuguesa de 1910, é um erro profundo, pois que as situações são muito diversas. O nosso regime monarchico em tais condições se constituiu durante o longo periodo que vem de 1891 a 1906, que a tentativa de enobrecimento da ditadura franquista, estrondosamente falhou, e o facto de subir ao trono um rei novo só veio apressar a queda do regime. Tivemos, é certo, durante esse periodo, mercê de circunstancias de natureza pessoal, momentos de favoravel situação internacional que se caracterizaram por visitas reciprocas

do nosso chefe de Estado e dos chefes de Estado inglês, francês, alemão e espanhol. Porém, isso em nada modificou a nossa situação interna que a existencia de camarilhas, de corrilhos politicos, de oligarquias, alarmantemente prevertia. E assim, em 1910, não poderia repetir-se o que em 1896, a dois dias ainda da nossa questão com a Inglaterra, Guerra Junqueiro escrevia nas Anotações do seu extraordinario poema: «Fôra o rei um *homem* que a nacionalidade moribunda se levantaria por encanto. *E bem se me dava a mim da questão politica, da forma de governo. Essencial, a forma do governante.*»

Mas a Espanha de hoje não é a Espanha da guerra hispano-americana, entregue às indecisões de uma senhora, roída por ambições politicas de toda a natureza, alarmada por tentativas revolucionarias, sem conseguir um equilibrio nas suas correntes antagonicas. De 1898 a 1913 decorre um periodo sufficientemente largo para a Espanha se refazer. E' muito elucidativa a historia da politica interna espanhola, na parte que diz respeito aos partidos republicanos. E um livro ha que entendemos dever ser lido, porque nos fornece, com imparcialidade e sensato criterio, as diversas fases dessa historia.

E' o livro de Robert Meynadier, *L'Idée républicaine dans les Pays monarchique de l'Europe*. Depois da solidariedade geral que os desastres filipinos provocaram, surge-nos um rejuvenescimento, em 1905, da corrente republicana. E pode dizer-se que quem veio dar incremento a essa corrente, produzindo a junção republicano-socialista, foi o caso Ferrer, cuja liquidção encerra um funestissimo êrro politico. Chegamos, em tempos, talvez suggestionados pela retorica ardente da imprensa espanhola, e pelos inflamados discursos dos seus propagandistas revolucionarios, a supor que a monarquia da Espanha tinha os seus dias contados, attribuindo o pessimismo do eminente Joaquim Costa, mais a uma questão de doença que a outra coisa. A verdade é que o caso Ferrer está esquecido, e que a acção energicamente prudente, habilmente oportunista do infeliz Canalejas, alterou, *de fond en comble*, o condicionalismo interno da politica espanhola.

O que nestes ultimos tempos se tem passado no Parlamento é deveras significativo. O sr. Conde de Roma-

nones, seguindo a direcção que o Rei, chamando ao Palacio alguns republicanos, indicara, convida francamente para uma colaboração governamental, a esquerda republicana. Já em 1888, se dera factio identico com Castellar. E em 1895, a entrada de Abarzuza para o ministerio Sagasta estabelece o precedente da integração de republicanos no governo. Desprestigia-se a monarquia, fazendo, pela boca de Romanones, o convite que fez? Desprestigia-se o partido republicano, aceitando-o?

Est modus in rebus...

Os partidos politicos cuja função é essencialmente negativa, cuja acção é exclusivamente critica, são elementos de perturbação de ordem social, e, como tal, devem ser combatidos decisivamente, por todos os governos que tomem a serio a sua missão. Por outro lado, os regimes que verdadeiramente procurem beneficiar os povos que representam, devem ir buscar, onde quer que elles estejam, todos os valores, todas as competencias, todos os elementos de vida e de prosperidade. Se a Espanha pode progredir sob a forma monarchica—e parece-nos que não é muito difficil demonstrar a afirmativa—tudo quanto seja embaraçar esse progresso, ainda que com a apparencia duma idealista intransigencia, é um êrro, se não é um crime. E' por isso, que nós somos partidarios de que a nossa Republica, sob a qual é firme convicção nossa de que o país progredirá, deve procurar a colaboração e o apoio de todas as forças, individuais ou colectivas, monarchicas ou republicanas, porque os regimes nunca devem ser partidaristas, antes devem esforçar-se por serem cada vez mais nacionais.

Se a monarquia espanhola consegue efectivar as aspirações legitimas e realizaveis dos republicanos, no campo economico, no campo financeiro, no campo moral e no campo politico, que importa que fique por efectivar a aspiração politica da substituição da forma do governo? Não é a forma de governo que faz um povo feliz: é a forma de governar junto às qualidades desse povo. A nós republicanos portugueses, três anos de experiencia devem ter chegado já para nos convencerem dessa verdade sociologica. A Espanha, pelo que se deduz dalguas opiniões, tem quem só conheça as experiencias politicas dos outros povos através a fronteira e depois

de terem passado pela duana. E' pena; e é pena, porque podia muito bem evitar-se desilusões e surpresas. O que sairá desta crise politica? Tudo depende do tacto de uns, da serenidade de outros e do patriotismo desinteressado de uns e de outros. Se se mistura no problema uma dóse de intelectualismo apreciavel, temos o caso estragado. O que é necessario é que o senso pratico predomine; e que mais se atenda aos resultados praticos, às consequencias reais e efectivas dos acontecimentos, que aos fundamentos doutrinaris das atitudes, e às razões teóricas das resoluções. Se a Espanha atinge um alto grao politico e social com o entendimento de monarquicos e republicanos, com a colaboração, no governo, destes dois elementos, digno de censura é quem a contrariar, qualquer que seja o pretexto. E tambem, se essa colaboração affectasse de tal modo os interesses espanhois, alienando a fiscalisação permanente, positiva e coordenadora dos elementos antidinasticos, — que as ambições doentias das camarilhas passassem a dominar, criminoso seria quem a provocasse e a aconselhasse.

Queremos dizer na nossa que não se pode formar um juizo seguro aprioristico sobre o facto.

Para bem o julgarmos, temos de olhar não o facto em si, pelo que ele tenha porventura de offensivo de doutrinarismos aceites ou de afirmações feitas, mas sim as suas consequencias immediatas e mediatas.

De resto, a questão politica é, para a vida dos povos, de natureza secundaria. Só nós os chamados latinos lhe ligamos grande importancia, pelo que ela tem de favoravel às pretensões dos palavrosos e às aspirações dos mediocres. Ela é o terreno onde medram e engordam os *parvenus* e os frivolos, à custa da riqueza geral. Nos outros povos, naqueles a quem de facto está reservado o futuro do mundo que é cada vez mais dos homens de acção e cada vez menos dos homens divagadores, a questão politica quasi não é conhecida ou se o é, é-o sob um ponto de vista absolutamente diferente do nosso.

Nessa Alemanha, por exemplo, em que tanto se fala, mas que pelo visto, tão mal se conhece, a questão politica quasi não provoca dois minutos de atenção.

«Emquanto que nos outros paises, diz William Martin, os partidos se distinguem principalmente pelos seus

principios politicos, na Alemanha, são interesses economicos que lhes dão a sua fisionomia propria.» (*La Crise politique de l'Allemagne Contemporaine*, pag. 111). Aconselhando que não deve tomar-se essa afirmação num sentido excessivamente absoluto, o mesmo W. Martin caracteriza assim os partidos: os conservadores representam os interesses da agricultura; os liberaes, os da industria; os progressistas, os do commercio; os socialistas, os da classe salariada. Mas nós somos o que somos e é com o que somos que devemos contar. Oxalá a Espanha saia bem da crise politica que atravessa. E sigamos com muita atenção e muito sangue frio o desenvolvimento e a liquidación dessa crise, para irmos aprendendo com o que se dá no vizinho já que teimamos em não aprender com o que se dá na nossa propria casa.

E bem precisamos nós de aprender, tão lastimavelmente teimamos em enveredar pelo pior caminho. A cada passo ha sintomas... E os que mais avultam são os de caracter legislativo, em que se encontra um firme proposito de obedecer a teorias metafisicas e revolucionarias, absolutamente incompativeis com as necessidades da epoca. Tomemos um, ao acaso.

Estando a discutir-se o codigo eleitoral, três problemas importantes surgiram, à volta dos quais mais ou menos apaixonadamente se teem agitado as opiniões: a) o voto aos analfabetos; b) o voto às mulheres; c) o voto aos militares.

O Partido Evolucionista já disse o que tinha a dizer, e no logar proprio, sobre este assunto, pelo que licito nos é expor a nossa opinião individual, formulada independentemente das conveniencias politicas, tendo em atenção, tão só, aquilo que consideramos as conclusões da sciencia social.

Antes de mais nada, temos a dizer que ligamos nula importancia ao Sufragio Universal, vicioso como é de natureza, geralmente contraproducente como é na pratica. Evidentemente que a soma de inteligencias mediocres não pode dar bom resultado, certo como é que a soma de inteligencias superiores dá resultados mediocres. O facto está hoje bem observado e suficientemente explicado pela intervenção de uma mentalidade diversa,

que é a mentalidade de todos e não é a mentalidade de nenhum.

Demais, como observava o espirito luminoso de Comte que é ainda hoje, nesta materia, um guia seguro, os inferiores não podem escolher os superiores, os dirigidos não podem escolher os dirigentes, por deficiencia propria natural.

Na verdade é uma pavorosa incongruencia esta em que vivemos—em que o rebanho humano, pessimamente instruido, absolutamente ignorante para tratar de certos assuntos se encontre apto para escolher quem os trate, a não ser que se deixe levar pelo palavriado sugestivo dos *meneurs* e pelas promessas ludibriadoras dos interessados. Se eu desconheço por completo um determinado problema biologico ou social, não posso conscientemente inclinar-me por A ou por B que me apresentam soluções contrarias desses problemas. E se eu os conheço de modo a poder solve-los, repugna à minha consciencia estar à procura da sancção popular, que eu sei falha de competencia e criterio.

Foi por isso que nunca nos afligiram as ditaduras, contanto que elas sejam honestas nos seus designios, nos seus processos e claras na sua efectivação.

Razão essa porque nesta Republica democratica-parlamentar, nos revolta a ditadura administrativa. Depois, mesmo, ha que distinguir entre as funções legislativas e as funções administrativas. Na provincia, no municipio, na parochia, ha assuntos que os povos comprehendem, como no Estado ha um em que teem o direito de intervir sempre: o lançamento de impostos.

Conciliar as legitimas necessidades populares com a verdade das coisas, é a grande obra a fazer.

O principio do Sufragio Universal é hoje um principio *démodé*: ele está sendo substituido pela criação de comissões tecnicas, criação esta que é facilitada pela progressiva corrente de opinião tendente a afastar das questões politicas, estereis e dispersivas, as grandes massas produtoras.

Pelo Sufragio Universal, só triunfa, geralmente, a mediocridade palavrosa e audaciosa, indifferente como é às mentalidades profundas, a alma das multidões.

Nestas circunstancias, o leitor vê que somos insus-

peito ao formularmos a nossa opinião sobre o problema em debate, sendo certo de mais a mais, que desde ha muito temos um profundo desdem pelos pareceres collectivos e pelas imposições das maiorias que facilmente nos vencem, mas difficilmente nos convencem. Somos um pouco como aquele filosofo inglês que sempre que via a sua opinião aceite facilmente pelas multidões, desconfiava muito da sua sensatez. A nós, mais nos melindra a indifferença das *élites*, que nos magoa ou enthusiasma a indignação ou a apoteose das turbas.

...E a concessão de voto aos analfabetos? Parecenos que se equivoca quem faz depender o senso instinctivo da illustração mental vulgar. Tenho encontrado camponios inteligentes discorrendo com mais juizo e mais sensatez que muitos diplomados. Pelo que mais podem pesar no meu modo de vê as razões daqueles, que as dissertações destes. O mal, em meu entender, está em não se distinguir, em confundir o que não deve confundir-se. A discussão destes pontos detalhados do problema eleitoral denuncia a sua falencia. Se o camponio analfabeto é incompetente para eleger o deputado, que competencia tem o quasi analfabeto que mal garatuja o seu nome e é incapaz de perceber o que soletra? Ou se concede a um e outro o direito de voto ou se restringe esse direito às classes que presumivelmente estão em condições mentais, morais e materiais de formular conscientemente as suas opiniões. Supôr, pelo facto de que se sabe lêr e escrever, competencia para escolher quem trate de assuntos de alta transcendencia politica—é uma illusão nuns, é uma deploravel mistificação noutros. Essa competencia não a teem os analfabetos é certo, mas tambem só a possuem as criaturas que atingiram já um certo grau de cultura, e que constituem no nosso País uma minoria numericamente insignificante. Ha, como já dissemos, um assunto em que todos devem intervir, porque entendemos tambem que todos devem ser atingidos: o lançamento de impostos. Quanto ao mais...

A respeito de conceder-se o voto à mulher, temos opiniões muito reaccionarias, excessivamente talassas, mesmo: nem eleitora, nem elegivel. O problema feminista está esclarecido desde que se deixou a investigação sobre a inferioridade ou superioridade da mulher e

se chegou à conclusão de que ela não é superior ou inferior, porque é diferente. E se ela é diferente, se as suas funções são diferentes das nossas, se só por uma aberração social ou por deficiência de condições economicas, a mulher se vê obrigada a desempenhar funções que só ao homem competem, não sejamos nós quem aumente voluntariamente essas funções. A politica é uma alta escola de preversão. Afastar dela a mulher é o nosso dever. Nem eleitora, nem elegivel—para não se masculinizar. Não ha nada mais anti-estetico que ver uma mulher, socia de qualquer liga, arengar ao publico, proferindo frases que, banalidades inofensivas da nossa boca, chegam a tomar o aspecto de obscenidades proferidas por uma mulher. Nunca nos ha de esquecer a impressão horrorosa e arripiante que nos produziu uma senhora, num comicio, dizendo esta... monstruosidade para uma senhora:—Deus é um patife!—Nada: no seu lar, com os seus livros de boa literatura, de arte sádia e requintada, com a sua vida domestica que tem tanto que se lhe diga,—eis o lugar da mulher.

Sobre o voto aos militares—nem elegiveis, nem eleitores. A familia militar é uma *élite* social que cumpre manter alheia às discussões, às preversões, às intrigas da politica—votada unica e exclusivamente ao culto e à defesa da Patria. No exercito, todos, desde o seu mais alto dirigente ao seu mais humilde soldado, devem ter o respeito inabalavel da verdade. Ora se ha creatura que seja mais incompativel com a verdade, é a Politica. Na politica, tudo se tolera, tudo se justifica, tudo se desculpa. Na familia militar, não pode nem deve ser assim. A sua vida é no quartel; e bandeira, não póde nem deve ter outra, que não seja a bandeira sagrada da Patria. E' por isso que somos partidario do sistema dos exercitos permanentes e ferrenho adversario destas dissolventes teorias da democratização da força armada—pelo que, em materia eleitoral, queremos o exercito fóra dela.

Consideramos de fundamental importancia este problema, porque ele indica a leviandade com que tratamos estas coisas—e nós só conseguiremos captar as simpatias nacionais, dando provas abundantes do nosso senso, da nossa competencia e do nosso sangue

frio. As simpatias nacionais... Bem alienadas elas andam.

Tornada possivel a Republica pelo estado de fraqueza das instituições monarchicas, e tornada necessaria a Republica por inviabilidade dos bons processos de administração e sua manifesta incompatibilidade com a permanencia da realeza—houve que fazer a Revolução, como o unico meio rapido de se transformar o modo de ser politico do País. Pelo outro meio, o meio exclusivamente legal, de melhores resultados, de mais proficuas consequencias, mas muito mais demorado, era impossivel chegarmos a tempo. E era impossivel chegarmos a tempo, porque a grande massa do eleitorado, não possuindo consciencia politica e não se interessando deveras por questões de regime, se deixava absorver inteiramente pelas influencias eleitorais, e estas, como é natural, procuravam satisfazer os seus interesses, não criando dificuldades de maior ao poder. A grande massa do eleitorado, pois, era indiferente à luta politica, pelo que nunca poderia intervir eficazmente na mutação dos valores constitucionais do seu País. Só em Lisboa e arredores, se constituiu um grande nucleo politico, dando sinal de si, não só nas urnas, mas tambem nos comicios. Este grande nucleo acompanhado, noutros pontos do País, por nucleos menores, revelou a existencia de uma corrente de opinião anti-dinastica, mais revolucionaria que propriamente republicana, mais negativa que propriamente organica, mais dispersiva que propriamente atraente.

Que elementos interferiram na constituição dessa corrente de opinião? Não é difficil dizer-lo a quem, longe de romantismos e lugares-comuns, procura observar um pouco o que se tem passado. Os elementos que primordialmente concorreram para a criação dessa corrente politica foram os erros do regime monarchico. Não foi um programa teorico, a quasi totalidade dos republicanos desconhecendo por completo o programa de 1891; não foram projectos de administração publica—critica e negativa como foi a nossa propaganda. Nem as multidões estão aptas a julgar problemas de administração publica, complexos e exigindo uma preparação que raros individuos possuem.

se chegou à conclusão de que ela não é superior ou inferior, porque é diferente. E se ela é diferente, se as suas funções são diferentes das nossas, se só por uma aberração social ou por deficiência de condições economicas, a mulher se vê obrigada a desempenhar funções que só ao homem competem, não sejamos nós quem aumente voluntariamente essas funções. A politica é uma alta escola de preversão. Afastar dela a mulher é o nosso dever. Nem eleitora, nem elegivel—para não se masculinizar. Não ha nada mais anti-estetico que ver uma mulher, socia de qualquer liga, arengar ao publico, proferindo frases que, banalidades inofensivas da nossa boca, chegam a tomar o aspecto de obscenidades proferidas por uma mulher. Nunca nos ha de esquecer a impressão horrorosa e arripiante que nos produziu uma senhora, num comicio, dizendo esta... monstruosidade para uma senhora:—Deus é um patife!—Nada: no seu lar, com os seus livros de boa literatura, de arte sádia e requintada, com a sua vida domestica que tem tanto que se lhe diga,—eis o lugar da mulher.

Sobre o voto aos militares—nem elegiveis, nem eleitores. A familia militar é uma *élite* social que cumpre manter alheia às discussões, às preversões, às intrigas da politica—votada unica e exclusivamente ao culto e à defesa da Patria. No exercito, todos, desde o seu mais alto dirigente ao seu mais humilde soldado, devem ter o respeito inabalavel da verdade. Ora se ha creatura que seja mais incompativel com a verdade, é a Politica. Na politica, tudo se tolera, tudo se justifica, tudo se desculpa. Na familia militar, não pode nem deve ser assim. A sua vida é no quartel; e bandeira, não póde nem deve ter outra, que não seja a bandeira sagrada da Patria. E' por isso que somos partidario do sistema dos exercitos permanentes e ferrenho adversario destas dissolventes teorias da democratização da força armada—pelo que, em materia eleitoral, queremos o exercito fóra dela.

Consideramos de fundamental importancia este problema, porque ele indica a leviandade com que tratamos estas coisas—e nós só conseguiremos captar as simpatias nacionais, dando provas abundantes do nosso senso, da nossa competencia e do nosso sangue

frio. As simpatias nacionais... Bem alienadas elas andam.

Tornada possivel a Republica pelo estado de fraqueza das instituições monarchicas, e tornada necessaria a Republica por inviabilidade dos bons processos de administração e sua manifesta incompatibilidade com a permanencia da realeza—houve que fazer a Revolução, como o unico meio rapido de se transformar o modo de ser politico do País. Pelo outro meio, o meio exclusivamente legal, de melhores resultados, de mais proficuas consequencias, mas muito mais demorado, era impossivel chegarmos a tempo. E era impossivel chegarmos a tempo, porque a grande massa do eleitorado, não possuindo consciencia politica e não se interessando deveras por questões de regime, se deixava absorver inteiramente pelas influencias eleitorais, e estas, como é natural, procuravam satisfazer os seus interesses, não criando dificuldades de maior ao poder. A grande massa do eleitorado, pois, era indiferente à luta politica, pelo que nunca poderia intervir eficazmente na mutação dos valores constitucionais do seu País. Só em Lisboa e arredores, se constituiu um grande nucleo politico, dando sinal de si, não só nas urnas, mas tambem nos comicios. Este grande nucleo acompanhado, noutros pontos do País, por nucleos menores, revelou a existencia de uma corrente de opinião anti-dinastica, mais revolucionaria que propriamente republicana, mais negativa que propriamente organica, mais dispersiva que propriamente atraente.

Que elementos interferiram na constituição dessa corrente de opinião? Não é difficil dizer-lo a quem, longe de romantismos e lugares-comuns, procura observar um pouco o que se tem passado. Os elementos que primordialmente concorreram para a criação dessa corrente politica foram os erros do regime monarchico. Não foi um programa teorico, a quasi totalidade dos republicanos desconhecendo por completo o programa de 1891; não foram projectos de administração publica—critica e negativa como foi a nossa propaganda. Nem as multidões estão aptas a julgar problemas de administração publica, complexos e exigindo uma preparação que raros individuos possuem.

Foram, pois, os erros da monarquia, em que havia de tudo, desde o desleixo à cobardia, desde o impudor à impotencia.

Num livro exgotado que por alto preço se adquire hoje nos alfarrabistas, e escrito por um dos homens mais illustres da monarquia—se bem que dos seus politicos mais nefastos—o snr. Manuel Afonso de Espregueira, nesse livro, *As Despesas Publicas e a Administração Financeira do Estado*, encontra-se material mais do que suficiente para se chegar à conclusão da tremenda burla que era a vida financeira portuguesa. E' claro que depoimentos insuspeitos como o do snr. Espregueira produziram, repetidos e desenvolvidos, nas forças vivas do País um estado de espirito tal que nem os mais retumbantes compromissos, nem os mais calorosos arrependimentos conseguiram modificar grandemente. Foi-se a monarquia sentindo-se cada vez mais isolada, a braços ou com o combate atrevido dos adversarios ou com a dissolvencia progressiva dos seus proprios partidos. Chegou-se a ponto de se prègar impunemente a revolução, de se aconselhar em publico, o levantamento popular, e isto com tanta facilidade, insistencia e *réussite*, que, a breve trecho, todos nós reconhecemos a revolução como uma necessidade imperiosa para abater, acalmar e conter o espirito de revolta que se espalhara e enraizara em grande parte da sociedade portuguesa. A Revolução era, pois, imprescindivel para se evitar a anarquia. Entretanto, a monarquia não se emendava, antes requintava no seu desleixo administrativo e moral. E a subida ao trono de um rapaz inexperiente e timido, precisamente no momento em que seria precisa a ascensão de uma criatura experimentada, firme e corajosa, veio apressar a marcha das coisas. Toda a gente sabia que Lisboa dispunha, e que o que Lisboa fizesse, o País daria por bem feito.

Lisboa, então, em 48 horas, fez a Republica. E o rei, para que ela não demorasse mais, não esperou que o mandassem embora: atrapalhadamente se poz a andar, a caminho do exilio. O País inteiro, desde as mais altas figuras do Exercito e da Armada até aos mais rudes camponios do Minho e Traz-os-Montes, aceitou o que uns centos de revoltosos quizeram fazer

e sancionou, pelo menos tacitamente, a obra desses revoltosos.

E foi assim que, sem mais um tiro, sem uma resistencia, sem um protesto, a bandeira republicana se desfaldou em todo o territorio nacional, não como bandeira de um partido, mas como a bandeira de uma Patria. O que significou esta adesão expontanea ao novo regime? Cobardia? Falta de convicções? Queremos acreditar que, num ou noutro individuo, qualquer desses sentimentos actuasse. Mas não se trata de individuos: trata-se do País. O País accitou a Republica porque em sua consciencia entendeu que havia motivos de sobra para se tentar a experiencia da solução republicana. A monarquia não lhe deixava saudades, porque a monarquia fôra a preponderancia de oligarquias politicas, absorventes, tiranizantes e desmoralizadoras—impedindo o desenvolvimento das energias nacionais e o acesso dos verdadeiros valores da Nação.

O que ia ser a Republica? Para nós, a Republica não devia ser um novo figurino, obra de originaes, de ideologos, de metafisicos. A Republica seria o aproveitamento de todas as forças, a valorização de todas as inteligencias, o maximo respeito possivel de todas as vontades. A Republica, para viver, não seria obra do Directorio ou das comissões: seria obra do País inteiro. O País inteiro desinteressara-se do problema politico, tendo com os governantes as minimas relações. A Republica seria o País inteiro interessado pelo problema politico, tendo com os governantes as maximas relações, para que a resolução dos problemas nacionais fosse antes o resultado da vontade nacional e não do arbitrio de quem quer que fosse. O que queria o País de nós? Nem queria novas teorias, nem novas crenças, nem novos sonhos. Ele não pedia ataques a religiões, nem ideologismos metafisicos. Ele o que pedia era boa administração, bom aproveitamento das receitas publicas, honestidade e continencia nas despesas, protecção às fontes de vida da Nação, ordem assegurada e garantida. Ele não queria que o governassem sectarios, livres-pensadores ou clericais: ele queria que o governassem competencias, homens conhecendo as suas necessidades e a maneira mais rapida e segura de as satisfazer. Mediocre-

mente o interessavam as lutas entre o patriarcado e o registo civil.

O que ele queria era ver a sua fazenda prospera, a sua industria desenvolver-se, o seu comercio crescer e a sua consciencia em paz. Os problemas fundamentais, para ele, eram o problema financeiro, o problema do fomento, o problema da ordem. Se lhos resolvessem ou mostrassem propositos definidos de lhos resolverem, ele estaria disposto a todos os sacrificios. Era esta a disposição em que se encontrava o País no dia em que a Republica foi um facto.

Mas a verdade é que houve, antes, a preocupação de dar um cheque no patriarcado, e passaram para um plano secundario todos os outros problemas. De facto, o que de bom se fez pelo ministerio do interior, pelo ministerio do fomento e pelo ministerio das finanças— vive num religioso silencio e está sendo vergonhosamente esfarrapado pela mais do que comprovada incompetencia do Poder Legislativo. Mas as barbaridades do ministerio da justiça, essas andam na boca aberta de todos os alarves, muito embora tivessem causado magua na consciencia de quasi todos os portugueses.

O resultado? O resultado foi rapido e alarmante: o vacuo á volta da Republica. Completo? Felizmente, não. E não, porque um Partido surgiu em defesa da Republica. Essa defesa consiste principalmente em aconselhar, em promover o ingresso de todos os cidadãos nos partidos republicanos. Para fazer a Republica, o Partido Republicano tinha gente de mais. Mas para a consolidar, para a nacionalizar, podem os partidos republicanos ter o dobro da gente que teem, que ainda teem gente de menos.

Se a Republica não tiver á sua volta, apoiando-a ostensivamente, a Nação inteira, estará à mercê de qualquer aventura—que podia, por exemplo, ter sido a aventura de 27 de Abril. Ora para que a Nação apoie, dessa maneira, a Republica, é preciso que a Republica não escorrace a Nação.

Se nós perseguimos os que não veem para nós, e achincalhamos ou injuriamos os que para nós caminham—que demonio queremos nós, então?

E' a constatação reflectida de tudo isto que nos

provoca um tal ou qual pessimismo nas nossas previsões. Pode ser que nos enganemos. E oxalá nos enganemos. Mas para que nos enganássemos seria preciso iniciar-se uma politica que não vimos iniciada ainda. Ha que fazer uma politica fortemente conservadora, apoiada nos elementos de ordem e no tradicionalismo nacional, contra a demagogia e as novidades inoportunas e impertinentes. E' preciso restabelecer, com firmeza e decisão, a disciplina no exercito, mantendo o fiel respeito da hierarquia e cultivando a confiança mutua. E' preciso dar satisfação às aspirações catolicas da grande massa da população portuguesa, garantindo insofismavelmente a liberdade plena do seu culto. E' preciso reprimir os desmandos dos *bas-fonds* citadinos, prestigiando a auctoridade e dando toda a força à lei. E' preciso despertar as energias nacionais, protegendo a agricultura, a industria e o comercio.

Simplesmente isto não é obra de um homem e de um partido ou para um homem e para um partido. E' obra da e para a Nação. Mas para que a Nação comece a interessar-se e a colaborar, é necessario que alguma *élite* politica lhe conquiste a confiança. E para isto, mais podem poucos actos que muitas palavras. A experiencia de três anos de republica quasi demagogica tem sido dura e triste. Arripiemos caminho, se queremos viver. Demais nos temos atolado, demais nos temos envenenado.